

“ΣΥΛΛΟΓΙΣΜΟΣ” TEM DOIS SIGNIFICADOS NOS *ANALÍTICOS*?

Matheus Ferreira

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: A tese de que o termo “συλλογισμός” pode significar, ao menos em suas ocorrências nos *Anallíticos*, ora um argumento silogístico em sua totalidade, ora a conclusão desse argumento, recebe significativo apoio dos intérpretes. Neste artigo mostro que as evidências a favor dessa tese são frágeis e que “συλλογισμός” não sofre variação semântica nos *Anallíticos*. Defendo que esse termo não designa um modelo ou esquema de inferência, mas um tipo de ato pelo qual a conclusão é obtida a partir das premissas.

Palavras-chave: Silogismo, *Primeiros Anallíticos*, Aristóteles, Lógica Antiga.

Abstract: The claim that in the *Analytcs* the word “συλλογισμός” sometimes means the whole of a syllogistical argument, sometimes only its conclusion, receives substantial support from interpreters. In this paper I argue that the evidences in favor of such claim are feeble and that the word “συλλογισμός” is not under semantic variation in the *Analytcs*. I claim that it does not mean an inference model or schema but a sort of act by which the conclusion is obtained from the premises.

Keywords: Syllogism, *Prior Analytcs*, Aristotle, Ancient Logic.

“Sentidos não devem ser multiplicados além do necessário.”

(Paul Grice, *Studies in the Way of Words*)

Em seu famoso *Index Aristotelicus*, Hermann Bonitz sustenta uma tese que goza de significativa aceitação entre intérpretes da obra de Aristóteles. Trata-se da alegação de que ao longo do corpus aristotélico há certa variação naquilo que o termo grego “συλλογισμός” designa. Bonitz não nega que esse termo seja capaz de designar os argumentos que desde há muito tempo recebem o nome de silogismo. Tal nome se origina exatamente da transliteração do termo grego e introduz argumentos formados por três proposições categóricas, uma das quais, a conclusão, é obtida logicamente das outras duas, as premissas. Bonitz acredita, no entanto, que às vezes “συλλογισμός” não designa um silogismo em seu todo, mas se refere exclusivamente à conclusão (συμπέρασμα) desse argumento. Segundo Bonitz, expressões empregadas por Aristóteles, tais como “o silogismo da conclusão”

(ὁ συλλογισμὸς τοῦ συμπεράσματος; cf. *Tóp.* VIII 1, 156a 20), mostram que “as palavras συλλογισμὸς e συμπεράσμα são de algum modo diferentes”; porém, “ocasionalmente συλλογισμὸς é empregada no lugar da palavra συμπεράσμα”¹.

É difícil não considerar essa constatação de Bonitz como um reconhecimento de ambiguidade semântica. Em seu uso mais comum a palavra “συλλογισμὸς” não é sinônima de “συμπέρασμα”, pois essas palavras nem mesmo são intercambiáveis *salva veritate*. Se passam a sê-lo em certos contextos, como defende Bonitz, uma mudança relevante no significado da palavra “συλλογισμὸς” parece ter ocorrido: ela deixou de apresentar seu significado ordinário e passou a ter o mesmo significado que a palavra “συμπέρασμα”. Patzig (1968, p. 95) chega ao mesmo veredito. Fazendo remissão ao verbete do *Index Aristotelicus*, ele explicitamente fala em “equivocação” de “συλλογισμὸς” e reconhece que essa palavra “às vezes significa o mesmo que ‘συμπέρασμα’, isto é, ‘conclusão’”. Na mesma direção vai Striker (1999, p. 101), em sua tradução comentada do livro I dos *Primeiros Analíticos*. Sobre certa passagem, ela tece o comentário de que nesta, “como em muitos outros lugares, Aristóteles usa a palavra ‘silogismo’ tanto para o argumento inteiro quanto para sua conclusão”².

A julgar pelo prestígio desses trabalhos acadêmicos, a tese relatada – doravante, *a tese da equivocidade* – goza de boa reputação entre os intérpretes. Trata-se, respectivamente, do mais famoso índice voltado aos textos de Aristóteles; de um dos mais importantes estudos do século XX sobre os *Primeiros Analíticos*³; e, por fim, de uma tradução comentada que integra a renomada coleção *Clarendon Aristotle Series*. Mas, afinal, que evidência tão

¹ Eis parte do verbete para “συλλογισμὸς” no *Index Aristotelicus*: “συλλογισμὸς e συμπεράσμα são de algum modo diferentes, como em ὁ συλλογισμὸς τοῦ συμπεράσματος (*i.e.*, o raciocínio pelo qual é produzida a conclusão que pretendemos; Wz) *Tóp.* VIII 1, 156a 20, cf. o verbete συμπεράσμα; mas ocasionalmente συλλογισμὸς é empregado no lugar da palavra συμπεράσμα *Pr. An.* I 9, 30a 16 (comparação: 8, 30a 5). [συλλογισμὸς et συμπεράσμα quomodo different, veluti ὁ συλλογισμὸς τοῦ συμπεράσματος (i e ratiocinatio per quam conclusio ad quam tendimus efficitur Wz) τῆ 1. 156a 20, cf s v συμπεράσμα, sed interdum συλλογισμὸς usurpatur pro v συμπεράσμα *Aa9.* 30a 16 (coll 8. 30a 5).]” (BONITZ, 1870, 712a5-10).

² Embora o *Index Aristotelicus* constitua o principal ponto de referência para os intérpretes, a tese da equivocidade já aparece no comentário de Alexandre ao livro I dos *Primeiros Analíticos* (cf. *in Pr. An.* 53.17-19) e é admitida por Waitz (1844, p. 372): “Em Aristóteles, συλλογισμὸς se ὀρθε a συμπεράσμα, quando significa a conjunção de vários silogismos que estão direcionados a um único fim (por exemplo, 50a5), mas também é o mesmo que συμπεράσμα (44a31). [Apud Aristotelem συλλογισμὸς et ὀρρονitur συμπεράσмати, ubi significat coniunctionem plurium sillogismorum, qui ad unum finem tendunt, ut 50a5, et idem est quod συμπεράσμα 44a31.]” Essa passagem, 44a31, é analisada na seção I abaixo. Também Mignucci (1988, p. 49) e Malink (2017, p. 167, n. 10) aceitam a tese da equivocidade.

³ Cf. SANMARTÍN, 1988, p. 85.

convincente há em favor da tese da equivocidade? No *Index Aristotelicus*, Bonitz lista ocorrências diversas do termo “συλλογισμός”. Naturalmente, não se esperaria outra coisa de um índice de termos técnicos em seus diferentes significados e usos. É nessa ocasião que Bonitz reporta uma ocorrência em que, ele presume, o significado menos usual de “συλλογισμός” se torna manifesto⁴.

Essa ocorrência supostamente paradigmática se encontra no contexto da silogística modal. Aristóteles está abordando as condições em que silogismos com conclusão necessária são válidos, ou seja, está analisando as características lógicas das premissas para que haja um silogismo válido cuja conclusão seja apodítica. Em um capítulo anterior, Aristóteles havia abordado combinações de premissas em que ambas eram apodíticas; agora ele abordará combinações em que somente uma delas será apodítica, sendo a outra meramente assertórica. Também com estas combinações Aristóteles admite que é possível ocorrer um silogismo com conclusão necessária, mas não é indiferente qual das duas premissas seja a necessária. É preciso que seja a premissa maior: “Às vezes, ainda que seja necessária apenas uma das premissas, acontece de o silogismo vir a ser necessário [συμβαίνει ἀναγκαῖον γίνεσθαι τὸν συλλογισμόν] – desde que não seja qualquer uma das premissas, mas a do termo maior” (*Pr. An.* I 9, 30a15-17). Bonitz compara a alusão a um “silogismo” necessário em 30a16 à alusão a uma conclusão necessária feita anteriormente, em 30a5, e entende que em 30a16 a palavra “συμπέρασμα” foi excepcionalmente substituída por “συλλογισμός”, sem nenhuma alteração naquilo que Aristóteles pretendia reportar. Infere a partir disso que, ao menos nesse contexto, a palavra “συλλογισμός” designa a mesma coisa que “συμπέρασμα”.

É deveras inegável que, ao redor da passagem citada, há diversas outras em que Aristóteles fala de uma *conclusão* necessária (cf. 30a24-25; 30a29; 30b8); localmente, a alusão a um “silogismo” necessário (ἀναγκαῖος) afigura-se uma exceção. No entanto, também outra coisa é inegável: a mera possibilidade de uma expressão substituir outra em uma dada sentença sem alterar-lhe a verdade não garante que aquela expressão, ou algum componente seu, tenha mais de um significado. Quando quero dizer a alguém que a pelagem do meu cavalo é alazã, posso fazê-lo dizendo “meu cavalo é alazão”. A expressão “meu cavalo” aparece nessa sentença e pode ser substituída *salva veritate* pela expressão “a pelagem do meu cavalo”; todavia, essa substituição não pode ser feita em sentenças como “meu cavalo é campeão de hipismo”. Dificilmente se

⁴ Cf. n. 1 acima.

aceitaria que tal diferença de comportamento da expressão “meu cavalo” entre uma sentença e outra seja razão suficiente para atribuir ambiguidade semântica a essa expressão ou à palavra “cavalo”. Reconhecer que ambas as sentenças são (ou podem ser) verdadeiras e, por isso, que a expressão “meu cavalo” pode receber adequadamente qualquer um dos predicados nelas empregados é importante para descrever perfeitamente a amplitude de uso dessa expressão e da própria palavra “cavalo”, mas isso está distante de garantir que tal palavra possua mais de um significado; a atribuição de ambiguidade semântica exige certa cautela.

Filósofos da linguagem ou linguistas podem divergir sobre como justificar a diferença de comportamento de uma mesma expressão em diferentes contextos. Podem defender, por exemplo, que o uso de “meu cavalo” na primeira sentença é elíptico e que o falante não quer se referir a outra coisa que a pelagem do seu cavalo. Seja como for, é difícil julgar como, diante de um conjunto de objetos acentuadamente heterogêneos, alguém que domine a língua portuguesa hesite em localizar o objeto referido por outrem quando este profere a sentença “Eis o cavalo!” (em se supondo que, além de um cavalo, esse conjunto de objetos de alguma maneira também inclua a pelagem de um cavalo). Ora, isso é precisamente o que ocorre quando se lida com palavras ou expressões ambíguas. Diante de uma instituição financeira em frente à qual há uma mobília própria para se sentar, alguém pode hesitar em localizar o objeto referido por outrem quando este profere a sentença “Eis o banco!”. A não ser que o contexto da enunciação auxilie tal pessoa, ela não saberá para qual objeto apontar.

É verdade que nem toda variação semântica de um termo precisa envolver entidades acentuadamente heterogêneas, como o termo “banco” envolve. Aristóteles estava consciente disso, pois se deve a ele o reconhecimento de que, entre a homonímia radical (ou acidental) e a sinonímia, há um conjunto de fenômenos semânticos alternativos⁵. No entanto, também para tais fenômenos parece se aplicar o que foi dito anteriormente. Considere-se a noção de significado focal, exemplificada em *Metafísica* IV 2 pelo termo “ὕγιεινόν” (“saudável”). Diante de um conjunto de objetos apropriadamente distintos, formado por um atleta em pleno vigor físico, folhas de camomila, um bisturi e um homem gripado, Aristóteles certamente teria dificuldade em localizar quem é referido por outrem quando este profere a sentença “Eis algo ὕγιεινόν (saudável)!”. Afinal, argumentaria Aristóteles, todos os objetos desse conjunto possuem alguma relação com a

⁵ Cf. ZINGANO, 2013.

saúde e podem, por isso, ser denominados saudáveis: o atleta, por exibir saúde; as folhas de camomila, por produzir a saúde; o bisturi, por se um instrumento para a restauração da saúde; o homem gripado, por ser suscetível de recobrar a saúde (cf. 1003a33-b1).

O que se passa, então, com o termo “συλλογισμός”? Suponha-se que Aristóteles estivesse, de alguma maneira, diante de um silogismo – seja porque estivesse diante de um conjunto de sentenças escritas, seja porque ouvisse um conjunto de proferimentos em uma discussão, seja por outro motivo qualquer. Seria possível que Aristóteles tivesse dificuldade em localizar ou circunscrever o objeto referido por outrem quando este proferisse a sentença “Εἰς οὐ συλλογισμός”? Poderia Aristóteles indiferentemente apontar tanto para o conjunto das proposições do silogismo quanto para sua conclusão? A maneira como os defensores da tese da equivocidade entendem o pronunciamento de Aristóteles em 30a16 os leva a entender que ele poderia ter feito uma coisa ou outra.

Há razões, contudo, para duvidar desse entendimento. É perfeitamente cabível que o proferimento de Aristóteles em 30a16 seja explicado por características semânticas do substantivo “συλλογισμός” e de seu adjetivo, “ἀναγκαῖος”, sem ambiguidade do substantivo propriamente. O adjetivo “ὑγιεινόν” (“saudável”) é suscetível de um uso elucidativo a esse respeito. Se alguém dissesse “o soldado ateniense que voltou da batalha é ὑγιεινόν (saudável)”, Aristóteles poderia indagar o que foi de fato dito: o soldado voltou são, exibindo saúde, ou voltou com ferimentos menores, sendo capaz de recobrar a saúde? Devido a características semânticas do termo “saudável”, sua aplicação a “o soldado ateniense que voltou da batalha” pode ser justificada por diferentes aspectos da entidade referida por esta expressão. Naturalmente, se um soldado não comportasse esses aspectos, não haveria nenhum motivo para hesitação. Ora, apesar dessa duplicidade de aspectos introduzida pelo adjetivo “ὑγιεινόν”, nenhuma alteração de significado parece ter sido ocasionada à expressão “o soldado ateniense que voltou da batalha”.

A despeito de seus vários significados, um substantivo cujos usos também são elucidativos a esse respeito é “λόγος”. Aristóteles se mostra consciente dos múltiplos aspectos presentes no significado desse termo quando sinônimo de “argumento”. Mais especificamente, Aristóteles reconhece que a aplicação de um mesmo adjetivo a esse termo pode ter por intuito caracterizar aspectos distintos do argumento referido. Por exemplo, Aristóteles afirma que um λόγος é chamado ψευδής, falso, de múltiplas maneiras, das quais uma tem o intuito de expressar a “falsidade” do argumento, isto é, sua invalidade, outra, de expressar a falsidade de suas

premissas (cf. *Tóp.* VIII 12, 162b3ss.). Não obstante as múltiplas razões para “λόγος” receber o adjetivo “ψευδής”, não há indicativo de que esse substantivo esteja sofrendo uma alteração semântica entre um caso e outro: ele continua a designar argumentos.

Assim, ainda que o contexto de 30a16 demande que a conclusão do silogismo em questão esteja sendo caracterizada e que a palavra “συλλογισμός” possa ser substituída *salva veritate* por “συμπέρασμα” na sentença proferida por Aristóteles, tudo isso está longe de garantir que a palavra “συλλογισμός” esteja sendo empregada com o mesmo significado que o da palavra “συμπέρασμα”. Não é difícil imaginar como os significados de ambas as palavras poderiam permanecer distintos, a despeito de sua substitutibilidade recíproca nesse contexto. Suponha-se que a expressão “συλλογισμός ἀναγκαῖος” signifique algo como *silogismo com conclusão apodítica*. Asserir a existência de um συλλογισμός ἀναγκαῖος seria, então, assereir a existência de um silogismo com conclusão apodítica. Ora, essa asserção não é exatamente equivalente à asserção da existência de uma conclusão apodítica, mas sem dúvida implica a existência de uma tal conclusão. Haveria, assim, uma explicação para Aristóteles ter se exprimido de maneira excepcional em 30a16: malgrado não ter dito explicitamente aquilo que, devido ao contexto da discussão dos silogismos apodíticos, esperava-se que fosse dito, ele teria conseguido reportar ou informar exatamente o que se esperava.

Diante disso, é preciso reavaliar a evidência apresentada por Bonitz para a tese da equivocidade, analisando cautelosamente o comportamento semântico do termo “συλλογισμός” nas mais diversas partes do corpus aristotélico. Pretendo mostrar que a distinção semântica apregoada pelos defensores da tese da equivocidade não encontra respaldo nos *Analíticos*. Na seção I deste artigo mostrarei o quão frágil é a evidência aduzida por Bonitz, analisando o comportamento semântico dos diversos adjetivos com que o termo “συλλογισμός” é empregado nessa obra. De regra, tais adjetivos introduzem uma característica exatamente da conclusão do silogismo em discussão, lançando por terra o entendimento de que, para falar da conclusão, é preciso que “συλλογισμός” mude, excepcionalmente, de significado.

Na realidade, não pretendo advogar que inexista qualquer variação semântica de “συλλογισμός” em todo o corpus aristotélico; além de significados menos técnicos, não descarto a possibilidade de que, mesmo em contextos lógicos ou dialéticos, esse termo possa ter um significado mais geral e um mais preciso. Pois, como mostrarei na seção II, algumas ocorrências de “συλλογισμός” evidenciam que esse termo não exibe o significado que comumente lhe é atribuído e captado em português pela palavra “silogismo”.

Esta basicamente remete a um conjunto de proposições unidas por uma relação lógica de consequência, ao passo que o termo “συλλογισμός”, provavelmente herdado por Aristóteles dos contextos argumentativos e dialéticos da *Academia* de Platão, remete ao ato de concluir ou de extrair uma conclusão a partir de um conjunto de premissas introduzido em um discurso ou em uma argumentação. Assim, “συλλογισμός” pode ter um sentido mais geral, expressando o ato de concluir, mas nada impede que tenha um significado mais preciso, produzido com a introdução de certas condições a ser satisfeitas para que o ato de concluir seja considerado de fato um συλλογισμός.

É a favor da segunda alternativa que argumentarei na seção III, defendendo que condições mais restritas estão de fato colocadas nos *Analíticos*: somente há um silogismo se a conclusão, mais que uma consequência necessária das premissas, for uma consequência que se apoia precisamente naquilo que as premissas são. Trata-se de um critério cujos contornos exatos são controversos, mas do qual Aristóteles se mostra consciente em todas as ocasiões em que define o que é um silogismo. Argumentarei que, com o reconhecimento dessas condições semânticas, nenhuma equívocidade de “συλλογισμός”, ainda que atenuada, será requerida na interpretação dos *Analíticos*.

Cumprir notar que, a despeito de qualquer disputa exegética sobre a exata natureza desses contornos semânticos mais estreitos, um traço semântico do termo “συλλογισμός” permanece inalterado em todos os seus usos lógicos: esse termo traz consigo um foco na conclusão. Ainda que um ato de concluir não ocorra sem que um ponto de partida seja assumido, ou seja, sem que premissas estejam disponíveis, um ato de concluir se volta, antes de tudo, para o objeto desse ato: ele é um ato de concluir *algo*. É neste ponto que a tese da equívocidade se mostra enganadora. Além de ser imprecisa, ao prescrever que certas ocorrências de “συλλογισμός” designam a conclusão de um silogismo quando, na realidade, o que está em questão é o ato de obter a conclusão, a tese da equívocidade não reconhece que também em todas as demais ocorrências do termo é a conclusão que constitui seu elemento semântico principal.

I

Aristóteles define συλλογισμός nos *Primeiros Analíticos* nos seguintes termos:

Silogismo é o argumento no qual, postas certas coisas, uma distinta decorre necessariamente por ser essas as que foram postas [συλλογισμός δέ ἐστι λόγος ἐν ᾧ τεθέντων τινῶν ἕτερόν τι τῶν κειμένων ἐξ ἀνάγκης συμβαίνει τῷ ταῦτα

εἶναι]. Com “por ser essas as que foram postas” quero dizer que decorre devido a elas [τὸ διὰ ταῦτα συμβαίνειν]; com “decorre devido a elas” quero dizer que não é preciso nenhum termo que lhes seja externo para que seja engendrado o necessário. (24b18-22)

Essa definição é, essencialmente, a mesma que aparece em outras ocasiões⁶, e traços dela são recorrentes na obra de Aristóteles⁷. Os defensores da tese da equívocidade veem operando nessa definição o significado supostamente mais ordinário de “συλλογισμός”: o de silogismo em sua totalidade. Esse significado estaria muito próximo daquilo que tradicionalmente significa o termo “silogismo” em português e seus correlatos em outras línguas modernas. Estes podem designar algo mais abstrato, como um modelo ou esquema de inferência, mas também um conjunto definido de proposições que se conformam a esse modelo ou esquema; entre tais proposições deve haver uma relação lógica de consequência. É natural que os defensores da tese da equívocidade vejam o significado supostamente mais ordinário de “συλλογισμός” contemplado na definição acima, afinal Aristóteles nunca menciona a existência de outra definição de συλλογισμός além dessa. O significado alternativo precisa ser, de algum modo, secundário.

De onde, porém, teria provindo esse significado alternativo e por que teria permanecido secundário em relação ao principal? Curiosamente, Aristóteles nunca emprega a palavra “σμπέρασμα” em *Primeiros Analíticos* I 1-7, onde a silogística é introduzida⁸. Uma história que poderia ser contada é a de que Aristóteles não dispunha de uma palavra para nomear a conclusão do silogismo, apenas de uma palavra para nomear as premissas – a saber, “πρότασις”. Na ausência de um nome para a conclusão, “συλλογισμός” teria tido seu significado moldado de modo a suprir essa carência⁹.

Tudo convergiria para favorecer essa história, se não fosse por uma constatação: ela contraria as evidências textuais. Está muito longe de ser verdade que o suposto uso alternativo de “συλλογισμός”, exemplificado em

⁶ Cf. *Top.* I 1, 100a25-27; *S.E.* 1, 164b27-165a2; *Ret.* I 2, 1556b15-17.

⁷ Sobre a conclusão decorrer necessariamente, cf. 91b16-17; sobre a alteridade entre premissas e conclusão, cf. *Ret.* I 2, 1357a27-28; sobre a conclusão decorrer em virtude das premissas, cf. 76b38-39, *Top.* VIII 11, 161b30.

⁸ Essa palavra não ocorre nem mesmo no *corpus* platônico, por isso parece se tratar de uma criação então recente. O fato de Aristóteles não a empregar nos capítulos iniciais dos *Primeiros Analíticos* sugere que eles foram escritos antes do uso dessa palavra nos debates filosóficos estar consolidado.

⁹ Striker (1999, p. 101) parece concordar ao menos com parte dessa história.

30a16, seja realmente secundário ou marginal. E a razão é a seguinte. É comum Aristóteles empregar a palavra “συλλογισμός” acompanhada de um adjetivo que introduz uma característica da conclusão do silogismo em análise. Restringindo-se a busca por exemplos apenas a *Primeiros Analíticos* I 1-7, vê-se Aristóteles afirmar que há “silogismo universal” (cf. 29b2, 16-17, 19), “silogismo particular” (cf. 26b26; 29b6), “silogismo afirmativo” (cf. 28a8) e “silogismo privativo” (cf. 28a9); com isso ele quer dizer que os silogismos em análise apresentam conclusões, respectivamente, universal, particular, afirmativa e privativa.

Em 28a7-9, todos esses adjetivos aparecem em uma única oração: “Ademais, está claro que não ocorrem silogismos afirmativos [καταφατικὸς συλλογισμὸς] por meio desta figura [sc. a segunda]; todos são privativos, tanto os que são universais quanto os que são particulares [πάντες στερητικοί, καὶ οἱ καθόλου καὶ οἱ κατὰ μέρος].” Aristóteles está dizendo que as conclusões dos silogismos em segunda figura nunca são afirmativas, sejam universais sejam particulares; apenas são privativas, ou universais ou particulares. Não há dúvida de que o vínculo predicativo caracterizado é aquele entre os termos da conclusão. Por toda essa parte introdutória dos *Primeiros Analíticos* há um complemento implícito ao termo “συλλογισμός”: Aristóteles sempre quer dizer que há um silogismo *dos termos extremos* (συλλογισμὸς τῶν ἄκρων; cf. 25b34, 26a3-4, 29a23). Ora, o vínculo predicativo que se instaura entre os termos extremos é expresso na conclusão, pois nas premissas tais termos se relacionam predicativamente apenas com o termo médio.

Esse comportamento dos adjetivos de “συλλογισμός” não se restringe à parte introdutória dos *Primeiros Analíticos*; nem se aplica somente a adjetivos que introduzem a quantidade ou a qualidade da conclusão. Por toda essa obra há exemplos variados e inequívocos de tais adjetivos caracterizando a conclusão de um silogismo. Além dos exemplos já apresentados, alguns outros podem ser listados:

Silogismo convertido (ἀντεστραμμένος συλλογισμὸς; cf. 44a31). Trata-se de um silogismo cuja conclusão – “E se atribui a todo A” – está convertida, isto é, seus termos estão invertidos comparativamente à conclusão dos diversos silogismos discutidos até então no capítulo (*Pr. An.* I 28). Essa é a única ocasião em que Aristóteles emprega esse adjetivo vinculado a “συλλογισμός”.

Silogismo verdadeiro (συλλογισμὸς ἀληθής; cf. 54a29-30, 88a19-20). Aristóteles reconhece a possibilidade de um silogismo ter sua conclusão verdadeira quando uma das premissas é verdadeira e a outra é falsa ou quando ambas são falsas.

Silogismo falso (συλλογισμὸς ψευδής; cf. 66a19-20, 80a25-26, 88a19-20). Aristóteles defende que um συλλογισμὸς – por definição um tipo de argumento logicamente válido – jamais poderá ter uma conclusão falsa se tiver premissas verdadeiras¹⁰.

Silogismo oposto (συλλογισμὸς ἀντικείμενος; cf. 59b26, 60a31, 69b31). Trata-se de um silogismo – digamos, S1– cuja conclusão é oposta (contraditória) a uma das premissas de outro silogismo – digamos, S2. Constituem as premissas de S1 a premissa restante de S2, mais a proposição oposta (contraditória) à conclusão de S2.

Silogismo contrário [à coisa] (συλλογισμὸς ἐναντίος [τῷ πράγματι]; cf. 64b9, 64b16). Trata-se do silogismo cuja conclusão informa, a respeito de uma coisa, algo contrário a ela própria. Isso é feito concluindo que tal coisa não se atribui a ela mesma em seu todo ou a uma “parte” sua. Por exemplo, a partir de certo par de premissas é possível concluir que toda ciência não é ciência ou que alguma ciência – por exemplo, a geometria – não é ciência (ou seja, que uma “parte” da ciência não é uma ciência). Trata-se, por assim dizer, de uma conclusão autocontraditória.

Não há dúvida de que em todos esse casos é precisamente a conclusão do silogismo que está sendo caracterizada pelo adjetivo do termo “συλλογισμὸς”¹¹. Com esse comportamento dos adjetivos no horizonte, o tratamento dispensado à expressão “συλλογισμὸς ἀναγκαῖος” em 30a16 não precisa ser diferente: é a conclusão do silogismo que é necessária. Em outras palavras, a conclusão do silogismo em discussão contém um vínculo predicativo apodítico entre seus termos.

Isso tudo já seria suficiente para jogar por terra a história aventada acima sobre a evolução semântica de “συλλογισμὸς”. Se a tese da equívocidade fosse levada a sério, o suposto uso secundário seria tão comum nos *Analíticos* quanto o suposto uso principal, dada a grande quantidade de casos similares a 30a16. Nessa circunstância seria difícil aceitar que exista um significado marginal do termo. Também seria difícil justificar por que Aristóteles, que tanto apreciava apontar os diversos sentidos dos termos filosóficos, reiteradas

¹⁰ O adjetivo “ψευδής” também pode se aplicar a “συλλογισμὸς” para caracterizar não o valor de verdade da conclusão do silogismo em discussão, mas sua própria existência, por ser apenas aparente a existência de uma consequência necessária a partir das premissas; cf. a seção II abaixo.

¹¹ Aristóteles também emprega o verbo “συλλογίζομαι”, de onde provém “συλλογισμὸς”, dessa maneira, com um adjetivo que caracteriza a conclusão do silogismo em discussão; cf. 75b29-30.

vezes e em diversas obras definiu συλλογισμός, quanto a seus aspectos essenciais, exatamente da mesma maneira, ignorando outro uso – não apenas possível, mas extremamente comum – do termo. Ademais, é duvidoso que os intérpretes estejam de fato dispostos a aceitar que, em todas as ocorrências de “συλλογισμός” similares a 30a16, o significado tradicional não está em jogo; por coerência, deveriam aceitá-lo. Também é duvidoso que eles tenham algum critério não arbitrário para afastar a possibilidade de o significado alternativo estar em jogo até mesmo naquelas ocorrências do termo em que a presença do significado tradicional é usualmente considerada incontestada. Pois, quando apresenta os modos silogísticos válidos em cada figura, Aristóteles afirma haver ou se engendrar um συλλογισμός¹². Por que não entender que Aristóteles está dizendo que haverá ou se engendrará uma *conclusão*?¹³. Em certo sentido, quando um silogismo é inválido, é lícito dizer que não há, de fato, uma conclusão.

Assim, a evidência aduzida por Bonitz para a tese da equívocidade se mostra extremamente frágil. Em 30a16 Aristóteles sem dúvida pretende reportar que a conclusão é apodítica. Esse contexto de uso de “συλλογισμός”, assim como todos os outros similares, chama a atenção, pois a palavra “silogismo” e seus correlatos em diversas línguas não se comportam semanticamente da mesma maneira, com seus adjetivos caracterizando exatamente a conclusão do silogismo. É compreensível que Bonitz quisesse retratar esse fato. Não é necessário assumir, todavia, que Aristóteles esteja explicitamente dizendo que a conclusão é apodítica, que o conteúdo das palavras de Aristóteles seja *precisamente* esse. Nada obsta a que nessa passagem, bem como nas que lhe são similares, a palavra “συλλογισμός” tenha o mesmo significado com que é empregada no resto dos *Analíticos*.

II

Mostrei, na seção anterior, que a evidência apresentada por Bonitz para a tese da equívocidade é extremamente frágil. É possível dar conta da passagem por ele aduzida sem atribuir dois significados a “συλλογισμός”. *Prima*

¹² As construções linguísticas empregadas por Aristóteles serão exploradas com mais detalhes na seção III adiante.

¹³ MIGNUCCI, 1988, p. 49, aceita isso, mas não se mostra incomodado com o fato de Aristóteles nunca ter se pronunciado sobre um significado do termo acentuadamente distinto do tradicional e tão disseminado.

facie esse significado não precisa ser outro que o tradicional, afinal a interpretação compartilhada pelos defensores da tese da equivocidade é a de que este significado aparece já no início dos *Primeiros Analíticos*, quando se define o que é um silogismo. Tudo isso poderia ser o fim dessa discussão, se não fosse por uma constatação: fora dos *Analíticos* há ocorrências de “συλλογισμός” em que o significado desse termo dificilmente é o tradicional.

Uma ocorrência que corrobora essa constatação está no livro II da *Retórica*, mais precisamente na ocasião em que Aristóteles se põe a delimitar o que é uma máxima (γνώμη). Uma máxima é, antes de tudo, uma asserção (ἀπόφανσις) universal. Ao invés de descrever um único item individual, ela apresenta características de um *tipo* de indivíduo ou coisa. Além disso, os tipos de entidade e propriedades com os quais uma máxima lida são de natureza prática; ela fala de coisas que podem ser escolhidas ou evitadas (αἰρετὰ ἢ φευκτά) na ação. Entidades matemáticas e seus atributos peculiares, por exemplo, não aparecem em máximas. Em resumo, máximas são asserções gerais de cunho prático (cf. *Retórica* II 21, 1394a21-25).

Com base nessa delimitação, Aristóteles afirma:

Uma vez que o entimema é o silogismo sobre coisas de tal tipo [*sc.* de natureza prática], em geral as conclusões dos entimemas e seus princípios, subtraído o silogismo, são máximas [ἐπει τὸ ἐνθύμημα ὁ περὶ τοιούτων συλλογισμός ἐστιν, σχεδὸν¹⁴ τὰ συμπεράσματα τῶν ἐνθυμημάτων καὶ αἱ ἀρχαὶ ἀφαιρεθέντος τοῦ συλλογισμοῦ γινώμαί εἰσιν]. (*Retórica* II 21, 1394a25-28)

A segunda ocorrência de “συλλογισμός” nessa passagem traz dificuldades para o significado tradicional. Não há dúvida de que Aristóteles trata o entimema – o tipo de silogismo em discussão na *Retórica* – como uma totalidade. Algumas linhas depois, ele reconhecerá que o entimema é o todo (τὸ ἅπαν) advindo do acréscimo de um enunciado explicativo a uma máxima¹⁵. Tais enunciados explicativos são chamados de “suplemento” (ἐπιλογος) e não são outra coisa senão os princípios dos entimemas, mencionados na passagem acima; consistem, portanto, em premissas que justificam as conclusões dos entimemas. O impasse interpretativo surge ao se tomar a totalidade do argumento como referência de “συλλογισμός”: sendo os princípios partes da

¹⁴ Adoto o texto de ROSS, 1959; COPE & SANDYS, 2009, e KASSEL, 1976, colocam a vírgula depois de “σχεδὸν”.

¹⁵ “Uma vez acrescentada [*sc.* à máxima] a causa e o *em virtude do que*, o todo é o entimema” (1394a31-32).

totalidade do silogismo retórico, qual o sentido em solicitar que se considere os princípios subtraindo ou eliminando o todo do silogismo? Alguns tradutores da *Retórica* tendem a julgar que Aristóteles se refere ao *resto* do silogismo: tanto a conclusão sem o resto do silogismo, ou seja, sem as premissas, quanto as premissas sem o resto do silogismo, ou seja, sem a conclusão, são máximas¹⁶.

Essa é a única saída para quem adota o significado tradicional. Ela é, no entanto, pouco convincente, pois trata o uso do particípio “ἀφαιρεθέντος” de um modo um tanto exótico. O sentido mais trivial desse particípio no corpus é o de “subtraído”, “removido”, “eliminado”; é comum ele ocorrer em expressões no genitivo absoluto, sendo seguido de um nome, também no genitivo, que designa a coisa ou parte subtraída¹⁷. Porém, se um entimema possuir uma conclusão e duas premissas – uma que expresse o suplemento ou princípio e outra que esteja implícita –, como haverá de ser um todo e ter como parte que lhe possa ser subtraída um silogismo?

Para resolver esse impasse, os defensores da tese da equívocidade poderiam dela lançar mão na interpretação da passagem: o que deve ser subtraído do entimema não é um silogismo em seu todo, mas apenas sua conclusão. Cumpre notar, porém, que sob o domínio dessa tese a interpretação da oração deve ser construída de modo muito preciso. Os defensores da tese da equívocidade precisam aceitar que a cláusula “subtraído o silogismo” incide apenas sobre a expressão “os princípios [*sc.* dos entimemas]” e não sobre a expressão “as conclusões dos entimemas”¹⁸. Afinal, subtraindo dos entimemas

¹⁶ Tradução de ROBERTS, 1984: “the premisses or conclusions of enthymemes, considered apart from the rest of the argument, are maxims”; de KENNEDY, 2007: “the conclusions of enthymemes and [either off] the premises (with the [full] syllogism omitted) are maxims”; de FREESE, 1926: “maxims are the premises or conclusions of enthymemes without the syllogism”. COPE & SANDYS, 2009, por outro lado, parafraseia o texto sugerindo que συλλογισμός designa o processo de inferência de modo abstrato: “when [...] syllogistic process is withdrawn (and the major premiss or conclusion is left alone), the conclusions and major premisses of enthymemes are γνόμαι”. Aparentemente, ALEXANDRE JÚNIOR *et al.*, 2012, também adotam essa interpretação: “as conclusões e os princípios dos entimemas, pondo de lado o silogismo em si, são máximas.” Até onde sei, não há respaldo para essa interpretação em qualquer outro texto de Aristóteles. Ele não afirma, sobre quaisquer argumentos silogísticos válidos, que são formados por premissas, conclusão e συλλογισμός. Ademais, levado às últimas consequências, esse significado abstrato permitiria a Aristóteles afirmar, a respeito de quaisquer argumentos silogísticos, cujas premissas são conectadas por um termo médio, que neles há o mesmo συλλογισμός, assim como é possível afirmar, a respeito de várias fórmulas em que há adição numérica, que nelas há a mesma operação aritmética. Contudo, nas passagens em que faz uso da expressão “o mesmo silogismo” (ὁ αὐτὸς συλλογισμός), Aristóteles sugere que alguns silogismos são diferentes de outros.

¹⁷ Cf., *e.g.*, 74a39-b1, *H.A.* 19, 491b30.

¹⁸ Esse entendimento do escopo da cláusula “ἀφαιρεθέντος τοῦ συλλογισμοῦ” se afasta da leitura tradicional (cf. a nota 15), mas está na direção correta, como ficará mais claro adiante.

suas conclusões, de fato restarão seus princípios para ser caracterizados como máximas; subtraídas suas conclusões, porém, não faz mais sentido pretender caracterizá-las como máximas ao lado dos princípios, pois não mais restarão conclusões! Ademais, se os defensores da tese da equivocidade atribuem a “συλλογισμός”, em sua segunda ocorrência, o significado alternativo, na sua primeira ocorrência, no entanto, precisam atribuir-lhe o significado tradicional, designando a totalidade do silogismo; se na primeira ocorrência o entimema fosse o mesmo que, estritamente, a conclusão do silogismo em questão, faria pouco sentido tomar como pressuposto, na sentença seguinte, que entimemas possuem conclusões e princípios (ou premissas), muito menos que constituem um todo. Assim, isoladamente, nenhum dos dois significados reconhecidos pelos defensores da tese da equivocidade dá conta da passagem; resta-lhes empregar ambos os significados, supondo que “συλλογισμός” não tem o mesmo sentido nas duas ocorrências.

Embora tais mudanças abruptas de significado sejam possíveis, cabe indagar se não há lugar para uma interpretação que mantenha a unicidade do significado de “συλλογισμός” na passagem. E certamente há. É inevitável que esse termo tenha afinidade semântica com “συμπέρασμα”, ainda que não signifique propriamente a conclusão do entimema. E haverá essa afinidade se “συλλογισμός” designar algo como o ato de concluir ou o ato de obter a conclusão, uma vez introduzido um conjunto de premissas em um discurso. O que Aristóteles quer dizer, na passagem citada, é que o entimema é um ato de extrair uma conclusão a partir de premissas de natureza retórica. Destas podem constar certas descrições factuais, mas elas são auxiliares; as premissas são, no geral, teses sobre assuntos práticos. Isso significa que as premissas nelas mesmas, desconsiderando sua relação com a extração de uma conclusão, são máximas.

Provavelmente Aristóteles tem como fonte desse significado de “συλλογισμός” a escola de Platão. O termo, propriamente, aparece apenas duas vezes no corpus platônico e não exhibe esse significado preciso¹⁹. O verbo “συλλογίζομαι”, no entanto, ocorre diversas vezes²⁰ e em algumas ocorrências claramente tem o sentido de inferir, de tirar uma conclusão a partir do que foi dito. Uma das ocorrências mais esclarecedoras está no *Górgias*: “Se estamos de

¹⁹ Cf. *Crat.* 412a5-6; *Teet.* 186d3. De acordo com o Thesaurus Linguae Graecae, não há registro escrito desse substantivo antes de Platão.

²⁰ Em algumas ocorrências tem o significado mais ordinário de calcular (cf. *Tim.* 87c7), planejar (cf. *Leg.* 799a5), refletir ou parar para pensar (cf. *Leg.* 670c2). Esse verbo ocorre em obras anteriores às de Platão; cf. Smith, 1989, p. 106.

acordo que são verdadeiras [sc. as coisas ditas], ó Polo, estás ciente daquilo que se segue de nossa argumentação [τὰ συμβαίνοντα ἐκ τοῦ λόγου]? Ou queres que nós dois tiremos a conclusão [συλλογισώμεθα αὐτά]?” (*Górgias*, 479c4-6)²¹. Como argumenta Crubellier (2011, p. 25), é comum nos diálogos platônicos esse momento no qual, por assim dizer, passa-se a limpo as teses corroboradas no decorrer da argumentação, explicitando-se o que o interlocutor está forçado a aceitar devido a seu consentimento a tais teses²².

Um uso similar do verbo “συλλογίζομαι” é feito por Aristóteles nas linhas iniciais do Livro VIII da *Metafísica*: “É preciso tirar as conclusões do que foi dito [ἐκ δὴ τῶν εἰρημένων συλλογίσασθαι] e, concentrando o principal, propor um arremate” (1042a3-4)²³. Assim, se do verbo se deriva um substantivo, presume-se que desse significado introduzido para o verbo se deriva um significado correspondente para o substantivo; o συλλογισμός será o ato de tirar as conclusões a partir do que foi dito. Como enuncia Crubellier (2011, p. 26), “a palavra *sullogismos* [...] não designa o modelo de inferência na sua totalidade, mas precisamente o ato de extrair a conclusão [...] o ato pelo qual se põe (ou se impõe) a conclusão necessária de uma inferência”²⁴. Esse é, presumivelmente, o significado herdado por Aristóteles.

Decerto Aristóteles não ignorava tal significado. Comprova-o uma passagem do *De Anima* em que Aristóteles está refutando uma das opiniões de seus predecessores sobre a natureza da alma. Trata-se da opinião de que a alma é aquilo que move a si mesmo ou é capaz de mover a si mesmo. Aristóteles defende que é falso não apenas que a propriedade de mover a si mesmo seja a essência da alma; é falso até mesmo que essa propriedade seja um atributo da alma (cf. 405b31-406a2). Para Aristóteles a argumentação platônica no *Timeu*,

²¹ Em 498e10 “συλλογίζομαι” reaparece, e novamente em conexão com o verbo “συμβαίνει”. Para outras ocorrências de “συλλογίζομαι” com esse sentido, cf. *Fil.* 41c9; *Rep.* 516b9.

²² Algo similar ocorre com “ἐνθύμημα”. Essa palavra nem mesmo aparece nos diálogos platônicos, mas o verbo “ἐνθύμιομαι”, abundantemente empregado, significa refletir sobre informações e teses apresentadas. Aristóteles emprega “ἐνθύμημα” para designar esse momento reflexivo da argumentação. Segundo Crubellier (2011, p. 22), “o nome de entimema faz referência ao momento em que o ouvinte se volta a si mesmo e, antes de tomar sua decisão, reflete sobre o sentido e valor dos argumentos que acabou de compreender.”

²³ Tradução de ANGIÓN, 2001.

²⁴ Também Crager (2017, p. 36) se compromete com uma interpretação nessa direção; ele chama a atenção para o fato de que ἀπόδειξις (demonstração), em sentido estrito, deve ser entendida não como um conjunto de proposições, mas como o processo demonstrativo, o processo pelo qual se demonstra a conclusão. Como é sabido, a ἀπόδειξις é um tipo de συλλογισμός (cf. 25b29-31); assim, é natural que, do ponto de vista de Crager, também συλλογισμός deva ser entendido de modo similar, como o processo pelo qual se obtém, por via silogística, uma conclusão.

defendendo que a alma move o corpo porque ela própria está em movimento (cf. 406b27-28), é equivocada pelo fato de associar a capacidade de pensar ou inteligir (não a de sentir ou desejar; cf. 407a3-6) ao movimento de revolução. Com efeito, a capacidade de inteligir é a intelecção (νόησις); a entidade ou objeto que pode exercer a atividade de inteligir, correspondente a essa capacidade, é a inteligência (νοῦς). Se a intelecção consistir em uma capacidade para o movimento de revolução, sendo a revolução o movimento próprio do círculo, este será a entidade ou objeto capaz de inteligir. Isso faz do círculo a inteligência ou alma racional (cf. 407a19-22). Julgando que essa consequência não pode ser admitida, Aristóteles apresenta alguns argumentos contra a opinião de seus predecessores de que a alma possa ser uma espécie de movimento:

[1] Sempre há algo para a intelecção [*sc.* inteligir]? Se a revolução for eterna, é preciso que haja. Porém, há limites para todas as intelecções práticas, pois todas se dão em vista de outra coisa. Quanto às teóricas, delimitam-se do mesmo modo que as enunciações, e toda enunciação é uma definição ou uma demonstração [λόγος δὲ πᾶς ὀρισμὸς ἢ ἀπόδειξις]. Ora, as demonstrações tanto se dão a partir de um princípio como possuem, de algum modo, um fim: o silogismo ou a conclusão [ἔχουσαι πὼς τέλος, τὸν συλλογισμὸν ἢ τὸ συμπέρασμα] (ainda que as demonstrações não sejam limitadas, também não é o caso que retornem ao início: sempre seguem adiante porque assumem novos termos médios e extremos; a revolução, porém, retorna ao início). As definições, por sua vez, também são todas limitadas. [2] Além disso, se a mesma intelecção ocorrer diversas vezes, será preciso que diversas vezes a mesma coisa seja inteligida. [3] Ainda, a intelecção se assemelha mais a certa inatividade e ao entrar em repouso [ἔουκεν ἡρεμήσει τινὶ καὶ ἐπιστάσει] do que ao movimento; do mesmo modo também o silogismo [ὁ συλλογισμὸς]. (*De Anima* I 3, 407a22-34)

Com o primeiro argumento Aristóteles pretende mostrar que a inteligência não pode ser um movimento de revolução, uma vez que importantes espécies de intelecção, diferentemente do movimento circular, possuem um fim ou limite. É assim com a intelecção prática, pois toda ação é feita tendo em vista a consecução de um objetivo. E também é assim com a intelecção teórica. Esta opera do mesmo modo que as enunciações (λόγοι), e uma enunciação pode captar o que algo é, se for uma definição (ὀρισμὸς), ou enunciar características de algo a partir de outras informações das quais se parte, se for uma demonstração (ἀπόδειξις). Ora, em ambos os casos há certos

limites: as definições não podem enunciar um número ilimitado de propriedades, caso contrário perderiam a capacidade de definir; as demonstrações são limitadas, de um lado, por seu ponto de partida – os princípios – e, de outro, pelo fim ou alvo da argumentação – “ο συλλογισμός ou a conclusão”.

Está claro que nessa passagem ο συλλογισμός não é idêntico ao argumento no seu todo; afinal, como este poderia ser o limite do ato de demonstrar ou o limite da demonstração em seu todo? É a conclusão que, por simetria, está em oposição aos princípios. Ao defensor da tese da equivocidade é natural entender que Aristóteles está designando a mesma coisa – a conclusão – com termos diferentes. Não acredito, todavia, que συλλογισμός seja o mesmo que mera conclusão. A distinção entre conjuntos de sentenças e sentenças isoladas, peculiar à tese da equivocidade, não pode contribuir para elucidar o que está em questão nessa passagem. Como fica evidente, as demonstrações são tipos de intelecção teórica ou pensamento teórico. Sendo essa a natureza das demonstrações, também ο συλλογισμός constitui, em última instância, uma forma de intelecção (afinal demonstrações são tipos de συλλογισμός; cf. 25b29-31). Sentenças ou até mesmo conteúdos expressos por sentenças não são propriamente intelecções. Nesse sentido, no primeiro argumento Aristóteles opõe aos princípios e à apreensão dos princípios, por onde se inicia a demonstração, a conclusão e a chegada à conclusão, que é ato que efetiva a demonstração. Esse ato é ο συλλογισμός.

O significado desse termo no primeiro argumento não é diferente do seu significado no terceiro argumento. Neste Aristóteles enuncia que um συλλογισμός, da mesma maneira que uma intelecção, parece ser mais uma forma de inatividade e um ato de entrar em repouso do que uma forma de movimento propriamente. É um tanto difícil encontrar sentido nessa afirmação, se ela significar que a conclusão, na medida em que é uma proposição, assemelha-se ao ato de entrar em repouso. No entanto, assimilar o ato de entrar em repouso ao ato de concluir ou de chegar à conclusão é mais razoável. A lição do argumento parece ser a de que, se ο συλλογισμός puder ser considerado um movimento, jamais será um movimento eterno, mas no máximo um movimento até a conclusão. E a realização desse movimento não é um fim em si, mas um meio para que o repouso seja alcançado. Ora, se o fim a que uma coisa visa indica mais adequadamente sua natureza, então ο συλλογισμός é antes de tudo uma forma de inatividade, ainda que não seja inatividade pura e simples.

É bem claro, a partir de tudo que foi mostrado, que “silogismo” não é uma tradução satisfatória para “συλλογισμός”. Nesse particular, a tradução

adotada recentemente por alguns intérpretes, “dedução”²⁵, é mais adequada, pois seu significado oscila entre um tipo de objeto abstrato com todas as suas partes (uma dedução matemática, por exemplo) e o próprio ato de deduzir algo (a dedução *de* um teorema matemático, por exemplo); “silogismo”, por sua vez, designa apenas um objeto abstrato, nunca o ato de silogizar. Outra palavra em português cujo comportamento semântico tem afinidade com aquele apresentado pelo termo grego é “acarretamento”. Essa palavra, devido a sua relação etimológica com o verbo “acarretar”, salienta o aspecto consequencial presente em um συλλογισμός e a natureza apodítica da relação de consequência. Além disso, essa tradução faz jus ao fato de um συλλογισμός necessariamente requerer validade lógica. Com efeito, é semanticamente aceitável falar em silogismos válidos ou inválidos, pois um silogismo é formado por um conjunto de proposições organizadas de certa maneira e vinculadas entre si pela expectativa de que uma delas seja consequência lógica das demais; a validade ou invalidade dependerá da confirmação ou não dessa expectativa. No entanto, não é adequado falar em συλλογισμός válido ou inválido. Aristóteles simplesmente diz, quando um par de premissas não determina nenhuma relação lógica entre os termos extremos, que não há συλλογισμός. Da mesma maneira, não faz sentido distinguir acarretamento válido de inválido; ou há ou não há o acarretamento de uma proposição por outras.

O significado de “συλλογισμός” assim delineado está em conformidade com o comportamento dos adjetivos desse termo que expus na seção anterior. Esse significado implica uma concentração de atenção na conclusão do silogismo que está em discussão. No tratado *De memoria et reminiscencia*, Aristóteles afirma que o deliberar (τὸ βουλευέσθαι) é um συλλογισμός (cf. 453a14) e que também o lembrar (τὸ ἀναμνησέσθαι) lhe é similar (οἷον συλλογισμός τις; cf. 453a10). A deliberação é, antes de tudo a deliberação de algo; também a lembrança é, antes de tudo, a lembrança de algo. Ambas não se dão sem um conjunto de informações do qual se deve partir, mas são semanticamente orientadas ao resultado da deliberação e da lembrança. Da mesma maneira, a dedução ou acarretamento é, antes de tudo, a dedução ou acarretamento da conclusão. Esta não pode ser deduzida ou acarretada na ausência de premissas, mas estas podem estar presentes em um discurso ou argumentação sem que delas uma conclusão necessariamente resulte; um συλλογισμός ocorre exatamente quando há uma conclusão a ser extraída. Assim, sendo “συλλογισμός” semanticamente orientado para a

²⁵ Cf. CORCORAN, 1974; SMITH, 1989; CRUBELLIER, 2014.

conclusão, é natural que seus adjetivos tendam a exprimir propriedades da conclusão.

Sobre os adjetivos de “συλλογισμός”, é elucidativo um esclarecimento que Aristóteles faz nas *Refutações Sofísticas*: “‘Silogismo falso’ [ψευδής συλλογισμός] se diz de duas maneiras: ou quando se conclui silogisticamente o falso [εἰ συλλελογίσται ψεῦδος] ou quando, não havendo um silogismo, reputa-se que há um silogismo [εἰ μὴ ὄν συλλογισμὸς δοκεῖ εἶναι συλλογισμὸς]” (176b31-33). Aristóteles reconhece que haverá um συλλογισμὸς ψευδής se a conclusão obtida for falsa ou se o ato de extrair a conclusão for falso, isto é, for apenas aparente²⁶; pois, não havendo algo que resulte necessariamente das premissas, não há propriamente uma conclusão. Em ambos os casos de συλλογισμὸς ψευδής a conclusão desempenha um papel central²⁷. Comparativamente, o tratamento dispensado a essa expressão é diferente do dispensado à expressão análoga “λόγος ψευδής”. Como visto acima, um argumento pode ser falso se tiver *premissas* falsas ou se for inválido. Aristóteles poderia ter optado por dizer o mesmo de um συλλογισμὸς ψευδής, afinal um argumento válido com conclusão falsa também possui premissas falsas – uma ou todas. É sintomático que ele não o tenha feito.

A análise do comportamento dos adjetivos de “συλλογισμός” nos *Analíticos* não chega a resultado diverso: a conclusão desempenha um papel central. Nos exemplos apresentados na seção anterior, a conclusão era inequivocamente caracterizada. Há outros exemplos, mas eles são mais dúbios²⁸. Ainda assim, em muitos, se não a conclusão, o próprio ato de extraí-la está sendo caracterizado. Aristóteles fala, por exemplo, de silogismo manifesto (συλλογισμὸς φανερός; cf. 33a 31). Ele certamente não está dizendo que as premissas ou a conclusão do silogismo modal em discussão são em si manifestas, mas que a existência de uma consequência ou resultado necessário

²⁶ Aristóteles também aplica o adjetivo “φαινόμενος” com esse sentido; cf. *Top.* I 1, 100b23-25.

²⁷ Não é impossível que o adjetivo “ψευδής” seja aplicado a “συλλογισμός” para caracterizar as premissas, mas casos assim são bastante raros; cf. *E.N.* 1142b22-24.

²⁸ Aristóteles fala, por exemplo, de “silogismo ostensivo” (συλλογισμὸς δεικτικὸς; cf. 41a33), em oposição aos silogismos que são por postulação (συλλογισμὸς ἐξ ὑποθέσεως; cf. 40b5). Aristóteles parece visar o modo de obtenção da conclusão. É bom lembrar que em outras ocasiões Aristóteles emprega o adjetivo “δεικτικὸς” claramente para introduzir uma conclusão. Ele fala de silogismos *que provam* que se atribui [sc. um termo a outro] (ἐν μὲν ὄν τοῖς δεικτικῶς συλλογισμοῖς τοῦ ὑπάρχοντος; cf. 85a1-2) e de silogismo *que prova* a causa e o *em virtude de que* (συλλογισμὸς δεικτικὸς αἰτίας καὶ τοῦ διὰ τί; cf. 85b23-24). Assim, nos silogismos ostensivos, a conclusão é obtida diretamente, enquanto que nos silogismos por postulação, ela somente pode ser obtida por um acordo, tácito ou explícito. Sobre esse ponto, cf. 50a32-34 e CRIVELLI, 2011, p. 174. Discorro mais sobre esse assunto na seção III abaixo.

é manifesta. O adjetivo “φανερὸς” incide, assim, sobre o ato de extrair a conclusão. Para colocar o ponto de maneira alternativa, esse adjetivo incide sobre a conclusão não em si mesma, mas na medida em que ela é um resultado necessário a partir das premissas; Aristóteles não quer dizer que a conclusão *qua* proposição seja manifesta, mas que a conclusão *qua* conclusão o seja.

O comportamento desses adjetivos constitui um importante indício a respeito das características semânticas do termo “συλλογισμός”. Cumpre destacar, porém, que esse comportamento não é incompatível com que, em algumas circunstâncias, certos adjetivos desse termo caracterizem as premissas do silogismo, ainda que indiretamente. O significado de “συλλογισμός” é complexo e, em princípio, enfoques contextuais podem realçar partes do conteúdo semântico do termo em detrimento das demais. Em alguns contextos, por exemplo, Aristóteles diferencia os silogismos por critérios de natureza epistemológica; ele fala de “silogismo demonstrativo” (συλλογισμὸς ἀποδεικτικὸς; cf. 32b18), de “silogismo dialético” (συλλογισμὸς διαλεκτικὸς; cf. 46a9, 66b10) e de “silogismo retórico” (συλλογισμὸς ῥητορικὸς; cf. 66b11-12). Não há dúvida de que, para Aristóteles, há diferenças epistemológicas entre as premissas desses silogismos, e ao menos indiretamente essas premissas estão sendo caracterizadas. Com tais expressões Aristóteles possivelmente quer dizer que há um ato de extrair uma conclusão, que esse ato é demonstrativo, dialético ou retórico, e que a razão para que ele seja de tal espécie é se dar com base em princípios que são de natureza demonstrativa, dialética ou retórica. Esse fato não altera o traço semântico relatado, manifestado pela predominância de adjetivos direcionados à caracterização da conclusão. Esse fato também não pressupõe, absolutamente, uma alteração no significado de “συλλογισμός”.

III

Na seção anterior apresentei evidências de que o significado tradicionalmente atribuído a “συλλογισμός” não dá conta de certas ocorrências do termo. Nos silogismos, como tradicionalmente apresentados, nem as premissas nem a conclusão são ressaltadas, ao passo que a conclusão é o elemento principal em uma dedução ou acarretamento. É preciso investigar mais detidamente se o comportamento semântico de “συλλογισμός” delineado deve ser aplicado irrestritamente aos *Analíticos*, afinal é nessa obra que Aristóteles empreende uma investigação mais técnica sobre os silogismos. É necessário investigar, em primeiro lugar, se há alguma ocorrência de “συλλογισμός” nos *Analíticos* cujo significado não seja compatível com o

significado herdado. Em segundo lugar, é necessário saber se o significado de “συλλογισμός” consiste precisamente no significado herdado.

Cogita-se, às vezes, que Aristóteles prescreva como um legítimo συλλογισμός tão somente um par de premissas concludente, sem consideração de qual conclusão é estabelecida por meio desse par. Jean Buridan, por exemplo, adota esse entendimento:

Parece-me que Aristóteles não considera que um silogismo seja composto de premissas e conclusão, mas somente de premissas a partir das quais uma conclusão pode ser inferida. Assim, ele estabelece ser uma capacidade de um silogismo que de um mesmo silogismo muitas coisas possam ser concluídas. (*Tractatus de Consequentis* III i 4, 263-266)²⁹.

Buridan está sendo influenciado pelo início do segundo livro dos *Primeiros Analíticos*, onde Aristóteles afirma, sobre alguns silogismos, que “deduzem mais que uma conclusão” (οἱ μὲν ἄλλοι συλλογισμοὶ πλείω συλλογίζονται; cf. 53a9-10). Um par de premissas que permite a conclusão da proposição “Todo *B* é *A*” também permite a conclusão da proposição “Algum *A* é *B*”, uma vez que aquela proposição implica logicamente esta. Presume-se que, se “συλλογισμός” tivesse o sentido tradicional e, consequentemente, também incluísse a conclusão, em 53a9-10 Aristóteles estaria contraditoriamente dizendo que poderia ter outra conclusão aquilo que intrinsecamente depende desta ou daquela conclusão. Nessa objeção está suposta a ideia de que o silogismo que conclui “Todo *B* é *A*” não é idêntico ao que conclui “Algum *A* é *B*”, porque sua conclusão é distinta, ainda que suas premissas sejam exatamente as mesmas. Para evitar tal objeção, Buridan rejeita a ideia suposta, defendendo que o silogismo aristotélico consiste estritamente em um par de premissas capaz de acarretar uma conclusão; se a conclusão é esta ou aquela, é indiferente³⁰. As razões dadas na seção anterior depõem contra a leitura de Buridan. Incompatível com o significado herdado, essa leitura não dá conta das passagens apresentadas. A afirmação de 53a9-10, por

²⁹ “Et uidetur mihi quod Aristotiles reputauit syllogismum non esse compositum ex praemissis et conclusionem sed compositum ex praemissis tantum potentibus inferre conclusionem; ideo posuit unam potestatem syllogismi quod idem syllogismus possit concludere plura” (cf. HIBIEN, 1976, p. 92; READ, 2017, p.1-2).

³⁰ Rose (1968, 39-40) vai mais longe. Para ele até mesmo as combinações de premissas das quais logicamente não se segue uma conclusão são “verdadeiros silogismos”. Ele defende que são exemplos de silogismos com termos concretos os pares de tríades de termos que Aristóteles usualmente apresenta para mostrar que, de certas combinações de premissas, nada necessário resulta.

sua vez, é compatível com esse significado; Aristóteles apenas quer dizer que há um acarretamento a partir das premissas e que este é seguido de outros acarretamentos.

O erro da leitura de Buridan está em se concentrar nas premissas dos silogismos quando, na verdade, o foco semântico de “συλλογισμός” está na conclusão. Sua leitura apresentaria dificuldades para dar conta de certas passagens dos *Primeiros Analíticos*. Quando Aristóteles discute, por exemplo, o procedimento de redução de silogismos previamente engendrados (τὸς γεγενημένους; cf. 47a4) a silogismos em conformidade com as figuras silogísticas, introduzidas nos capítulos iniciais da obra, ele reconhece que silogismos por postulação (συλλογισμὸς ἐξ ὑποθέσεως) não podem ser propriamente reduzidos. Comentando esse procedimento, Aristóteles afirma o seguinte:

Além disso, não se deve tentar reduzir silogismos por postulação, uma vez que não é possível, a partir das coisas postas [ἐκ τῶν κειμένων], fazer a redução. Pois não é por um silogismo [διὰ συλλογισμοῦ] que neles algo é provado, mas em todos consente-se com algo por um acordo [διὰ συνθήκης]; é um exemplo disso quando de início postulamos [εἰ ὑποθέμενος] que, não havendo uma única capacidade que se aplique aos contrários, tampouco haverá uma ciência única que se lhes aplique, e em seguida argumentamos [διαλεχθεῖν] que toda capacidade não se aplica aos contrários. [...] Portanto, *que não há uma única capacidade que se aplique a todos os contrários* foi provado; *que não há uma ciência [sc. única que se aplique a todos os contrários]*, não foi provado, embora seja necessário consentir com isso – não com base em um silogismo [ἐκ συλλογισμοῦ], mas com base em uma postulação [ἐξ ὑποθέσεως]. Isso [sc. com que se consentiu], portanto, não é possível reduzir, mas *que não haja uma única capacidade [sc. que se aplique a todos os contrários]* é possível: sem dúvida isto é, como já foi posto, um silogismo; aquilo, por sua vez, é uma postulação. (50a16-21; 23-28)

Aristóteles afirma que um silogismo é isto: *que não há uma única capacidade que se aplique a todos os contrários*. Em nenhum momento ele sugere que esse enunciado expressa apenas a conclusão ou uma parte daquilo que é propriamente o silogismo. É comum que os tradutores acrescentem ao texto alguma expressão³¹, exatamente para demarcar que apenas a conclusão do

³¹ Striker (2009, p. 60) e Slomkowski (1997, p. 113) inserem “argumento”; Smith (1989, p. 58), “dedução”; Crubellier (2014, p. 154), “inferência”; Mignucci (1988, p. 172), “procedimento”. Apenas Sanmartín (1988, p. 214) traduz de modo literal.

silogismo foi enunciada. Sob a tese de que “συλλογισμός” significa uma dedução ou acarretamento e, por isso, tem foco semântico na conclusão, esse expediente de que lançam mão os tradutores se torna desnecessário. Aristóteles está dizendo que, a partir de teses expostas argumentativamente, há a dedução ou acarretamento de *que* não há uma única capacidade para cada domínio de contrários, e isso é precisamente o συλλογισμός. Similarmente, a partir da proposição de que não há uma única capacidade para cada domínio de contrários, há a postulação de que não há uma única ciência para cada domínio de contrários; isso é, nesse contexto, a ὑπόθεσις. Se o silogismo fosse apenas um par de premissas, como entende Buridan, seria difícil justificar porque Aristóteles, desejando falar de um silogismo, preocupa-se em enunciar a conclusão e não aquilo que supostamente seria o próprio silogismo.

Que nos *Analíticos* “συλλογισμός” tem um foco semântico na conclusão também é corroborado pelas construções linguísticas empregadas por Aristóteles. Após analisar um par de premissas para determinar se dele algo necessário é ou não acarretado, Aristóteles frequentemente arremata sua análise reconhecendo que “se engendra um silogismo” (γίνεται συλλογισμός) ou negando que isso aconteça. Também faz esse arremate afirmando ou negando que “haverá um silogismo” (ἔσται συλλογισμός). Aristóteles comumente introduz a conclusão com uma expressão no genitivo³². O conjunto de premissas a partir do qual a conclusão é obtida, ele introduz com as preposições “ἐκ” (“a partir de”)³³ e “διὰ” (“por”)³⁴. Esta última aparece mais comumente associada às figuras silogísticas; Aristóteles fala, por exemplo, de “silogismos pelas figuras já mencionadas” (συλλογισμοὶ διὰ τῶν προειρημένων σχημάτων; cf. 36b25, 68b10-11) e diversas vezes relata silogismos engendrados

³² Por exemplo, silogismo do falso (τοῦ ψεύδους; cf. 45b6, 61b1, 80b18-19); do atribuir (τοῦ ὑπάρχειν; cf. 33b10, 26a40, 40b2, 45b31, 53b10, 80a7-8); de proposições indemonstráveis (τῶν ἀμείνων; cf. 48a33); da contraditória (ἀντιφάσεως; cf. 66b9, 80b21-22).

³³ Por exemplo, silogismo a partir das premissas (ἐκ προτάσεων; cf. 41a3-6, 42a35, 42b2, 43b34, 46a9, 77a36-37); a partir de premissas falsas (ἐκ ψευδῶν; cf. 53b10, 64b9); a partir de proposições conforme a opinião (ἐκ τῶν κατὰ δόξαν προτάσεων; cf. 53b10); a partir de premissas possíveis (ἐκ τῶν ἐνδεχομένων προτάσεων; cf. 32b24); a partir de premissas necessárias (ἐξ ἀναγκαίων; cf. 74b26); a partir de premissas contraditórias (ἐξ ἀντιφάσεως; cf. 64b11); a partir de premissas opostas e de premissas contrárias (ἐκ τῶν ἀντικειμένων καὶ ἐκ τῶν ἐναντίων; cf. 63b40-41).

³⁴ Por exemplo, silogismo pelas premissas aceitas (διὰ μὲν τῶν εἰλημμένων προτάσεων; cf. 33a6-7, 15-16, 30-31); por premissas necessárias ou no mais das vezes (δι' ἀναγκαίων ἢ διὰ τῶν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺν προτάσεων; cf. 87b22-23). Aristóteles também fala das premissas pelas quais se dá um silogismo (τὰς προτάσεις δι' ὧν ὁ συλλογισμός; cf. 53b4-5).

por esta ou aquela figura³⁵. Porém, a discussão de Aristóteles sobre as figuras é essencialmente uma discussão sobre as possíveis disposições dos termos nas premissas³⁶. Percebe-se, assim, que todas essas construções linguísticas se mostram bastante naturais sob a tese de que “συλλογισμός” significa uma dedução ou acarretamento. A partir ou por meio das premissas assumidas, há a dedução ou acarretamento da conclusão.

Além dessas construções linguísticas, é possível encontrar no corpus algumas equivalentes à construção “as premissas no silogismo”, que em princípio é mais favorável ao entendimento de que συλλογισμός seja um conjunto de sentenças ou um modelo de inferência. No entanto, chama a atenção que tal construção seja pouco utilizada, em comparação com as relatadas anteriormente³⁷. Ademais, esse modo de se exprimir não é decisivo. Não parece ser inaceitável que alguém, ao rotineiramente expor axiomas e os teoremas acarretados por esses axiomas, acabe por empregar uma sentença em português como “há o acarretamento deste teorema, mas aquele axioma não está no acarretamento”. É possível que algo análogo esteja ocorrendo com a construção em língua grega. Naturalmente, a essa altura já se tornou pequena a distância entre o uso do termo para designar o ato de acarretar e o uso para designar o conjunto das partes envolvidas em um acarretamento.

Todas essas constatações semânticas e linguísticas enfraquecem a tese da equívocidade. Ao que tudo indica, as ocorrências de “συλλογισμός” nos *Analticos* são compatíveis com o significado herdado. Isso torna desnecessária a atribuição de variação semântica ao termo. Uma questão que ainda permanece, contudo, é se o significado do termo é *precisamente* o significado herdado. Não parece haver uma passagem em que esse significado possa ser isolado de modo direto e lapidar, afastando qualquer outro significado que porventura lhe seja concorde, porém mais restrito. Pois, apesar do grande

³⁵ Por exemplo, pela primeira figura (cf. 27a36, 29a30, 38a20, 40b7) e pela terceira figura (cf. 34a40, 34b24).

³⁶ Em *Pr. An.* I 4-6 Aristóteles sempre discute se um dado par de premissas é concludente tendo em vista uma possível conclusão que predique o termo maior do menor; a disposição dos termos na conclusão não está sob escrutínio. É apenas em *Pr. An.* I 7 que Aristóteles analisa casos em que o termo menor se predica do maior; cf. 29a19-23.

³⁷ Essa construção é relativamente rara; cf. 41b27-29, 57a38-40, 57b20-21. Em 50a5-6 o que é dito estar no silogismo não são as premissas, mas a conclusão do silogismo. Há ainda uma ocorrência explícita na *Metafísica*. A certa objeção sofisticada que alega haver suposições falsas em demonstrações geométricas, porque uma reta concretamente traçada pode não ter exatamente a medida que lhe é atribuída, Aristóteles retorque que os geométricos não assumem como hipótese que seja “de um pé a linha que não é de um pé”; essa proposição não faz parte da demonstração (οὐ γὰρ ἐν τῷ συλλογισμῷ ἡ πρότασις); cf. *Met.* XIV 2, 1089a21-25.

número de ocorrências de “συλλογισμός” *nos Analíticos*, os contextos em que o termo é empregado são mais ou menos similares; se, por razões fortuitas, as ocorrências em um contexto não são esclarecedores, as demais também não são. Assim, qualquer argumentação que responda à questão colocada será, necessariamente, uma construção interpretativa, erigida com base na análise de diversas passagens.

Aristóteles, acredito, estava plenamente consciente de que não basta a conclusão de um argumento necessariamente se seguir das premissas para que ocorra um συλλογισμός. O significado desse termo demanda um traço semântico que restrinja sua aplicação, e esse traço está presente na própria definição de silogismo. Aristóteles estipula que em um silogismo a conclusão se engendra “por serem essas as premissas” (τῶ ταῦτα εἶναι; cf. 24b20). Um συλλογισμός não consiste apenas no ato de extrair uma consequência necessária a partir das premissas, mas em um ato que opera precisamente em virtude das premissas dadas. Essa interpretação da cláusula “τῶ ταῦτα εἶναι” é controversa. Muitos intérpretes julgam que essa cláusula apenas reforça o aspecto dedutivo (não indutivo, portanto) da definição de συλλογισμός e que Aristóteles não teria reconhecido outros argumentos válidos que não os silogísticos³⁸. Todo e qualquer argumento válido seria um συλλογισμός, inclusive argumentos formados pelo acréscimo de premissas a um silogismo tradicional para que se produza um silogismo perfeito ou completo (τέλειος)³⁹; tais argumentos seriam como que *silogismos estendidos*, produzidos em virtude da obtenção de completude ou perfeição⁴⁰.

³⁸ Esse julgamento depende diretamente da interpretação de uma passagem em que Aristóteles explicitamente afirma que “συλλογισμός” é mais restrito que “o necessário” (τὸ ἀναγκαῖον): “Enganamo-nos nesses casos em virtude de algo necessário decorrer das coisas postas [διὰ τὸ ἀναγκαῖόν τι συμβαίνειν ἐκ τῶν κειμένων], porque também o silogismo é necessário. Porém, ‘necessário’ se aplica a mais coisas [ἐπὶ πλείων] que ‘silogismo’, pois todo silogismo é necessário, mas nem tudo que é necessário é um silogismo” (47a31-35). Aristóteles se refere ao erro de julgar que já esteja dado um silogismo simplesmente porque se percebe haver algo necessário a ser inferido. Não é nítido o que Aristóteles exatamente entende por “necessário” nessa passagem. Aristóteles apresenta um exemplo de argumento em que há o necessário, mas não um silogismo, porém o entendimento do exemplo dado é disputado; cf. EBREY, 2015, p. 189-191. É pertinente notar que a descrição dada por Aristóteles para τὸ ἀναγκαῖον se assemelha àquela que ocorre na definição de συλλογισμός, exceto exatamente pela ausência da cláusula “τῶ ταῦτα εἶναι”.

³⁹ Alguns intérpretes entendem que, em silogismos na primeira figura, todos os passos dedutivos estão explicitados; em silogismos na segunda ou terceira figura, por sua vez, faltariam passos dedutivos. Por isso aqueles silogismos são completos, estes, incompletos; cf. CORCORAN, 1974, p. 92; SMITH, 1989.

⁴⁰ Essa leitura é controversa, pois Aristóteles sugere que o acréscimo de premissas a silogismos da segunda e terceira figura pode ser feito, mas apenas em vista da *perfeição* de um argumento (cf. 42a33-35). Isso significa que, do ponto de vista dos requisitos colocados pela *definição* de silogismo, as

Acredito que Aristóteles reconheceu a existência de argumentos válidos, mas não silogísticos, precisamente porque não satisfazem os critérios colocados pela cláusula “τῷ ταῦτα εἶναι”. Assim, acompanho Ebrey (2015) na tese de que silogismos por postulação não são propriamente silogismos⁴¹. Como mostra a passagem de 50a16-28, citada acima, a conclusão obtida em silogismos por postulação se deve a um acordo sobre certa inferência, não propriamente ao silogismo introduzido com vistas à aplicação da postulação a fim de que seja provada a conclusão desejada. A doutrina de Aristóteles parece ser a de que essa inferência pode até mesmo ser *justificada* com base em outras inferências previamente acordadas, mas que não há outra maneira de *explená-la* senão por meio de silogismos. Estes podem não estar disponíveis aos interlocutores ou mesmo ser dispensáveis em determinados contextos, por isso aquela inferência é aceita com base apenas em concordância prévia. Seja como for, isso não altera o fato de que os interlocutores, uma vez comprometidos com aquela inferência, *necessariamente* devem aceitar a conclusão do silogismo por postulação⁴². Isso é mais evidente ainda nos silogismos por condução ao impossível, uma espécie de silogismo por postulação (cf. 40b25-26): o fato de Aristóteles tê-los empregado como expediente probativo na silogística não deixa dúvida de que a conclusão obtida por meio deles precisa, necessariamente, ser aceita. Aristóteles não mostrou interesse lógico ou filosófico na investigação sistemática de tais argumentos não silogísticos, mas isso não o impediu de vislumbrar esses padrões de inferência, nos quais a conclusão necessariamente se segue das premissas⁴³.

premissas acrescentadas são desnecessárias, senão impróprias. Há diversas evidências textuais de que, para Aristóteles, um silogismo não pode ter premissas supérfluas. Nos *Tópicos*, por exemplo, ele reconhece que “às vezes são adotadas mais premissas que as necessárias [πλεῖω λαμβάνουσι τῶν ἀναγκαίων], de modo que o silogismo é engendrado não por serem essas as premissas [οὐ τῷ ταῦτ' εἶναι γίνεται ὁ συλλογισμός]” (*Top.* VIII 11, 161b29-30); cf. também 42a36-40; 47a18-20, além de CASTAGNOLI, 2016. Muitas das premissas acrescentadas já estão implícitas em outras (cf. 28a5-7) e, do ponto de vista das cadeias de predicação, são supérfluas, pois não acrescentam novos termos.

⁴¹ Ebrey (2015, p. 197) cogita ser a expressão “συλλογισμός ἐξ ὑποθέσεως” uma herança da Academia de Platão. De fato, o sentido herdado é compatível com que tais argumentos sejam designados pelo nome “συλλογισμός”.

⁴² Cf. SLOMKOWSKI, 1997, p. 114. O capítulo do livro de Slomkowski devotado aos argumentos por postulação é bastante esclarecedor.

⁴³ Como afirma Ebrey (2015, p. 202), “Aristóteles tem apenas uma noção de silogismo nos *Primeiros Analíticos*, uma que é consistentemente restrita, no sentido de que a conclusão deve sempre ser alcançada por meio de predicações entre termos. Ele nunca teve a intenção de capturar todos os argumentos que consideraríamos formalmente válidos”. Corcoran (2009, p. 18-19) também julga que Aristóteles estava ciente de que argumentos silogísticos abarcam apenas parte da totalidade dos argumentos válidos. Ele defende, porém, que a definição de silogismo não contempla meros argumentos

Assumindo esse entendimento da cláusula “τῶ ταῦτα εἶναι”, chamarei o significado de συλλογισμός por ela delineado, mais restrito, de *explicativo*. Esse significado contribui, parece-me, para afastar outra imputação de variação semântica ao termo. Além da distinção prescrita pela tese da equívocidade, uma distinção com frequência apregoadá na literatura especializada é a de que “συλλογισμός” possui tanto um significado restrito quanto um significado amplo. O restrito seria *grasso modo* o significado tradicional, designando os silogismos em conformidade com uma das figuras, por isso formados por duas premissas e uma conclusão; o amplo designaria qualquer argumento que satisfaça a definição de silogismo. A introdução de um sentido amplo, correspondente à definição de silogismo, tem por objetivo contemplar todas as inferências necessárias, para além dos tradicionais silogismos categóricos, que porventura Aristóteles possa ter aceito. Para vários intérpretes, silogismos estendidos e também silogismos por postulação estariam contemplados nessa definição⁴⁴.

É notável como, na ótica dos estudiosos dos *Analíticos*, Aristóteles exibia verdadeira predileção por multiplicar os significados de συλλογισμός. A meu juízo, assim como a distinção prescrita pela tese da equívocidade, também a distinção entre um sentido amplo e um sentido estrito é apressada, embora eu reconheça que ela advém de um genuíno esforço para explicar afirmações de Aristóteles, ao menos à primeira vista, conflitantes. Aristóteles preponderantemente reconhece que o termo “συλλογισμός” se aplica a deduções com mais de duas premissas; explicitamente afirma que todo silogismo se dá a partir de duas ou mais premissas (cf. 66a17-18) e diversas vezes afirma que um silogismo ocorre quando há *no mínimo* duas premissas (cf. 34a17-19, 53b18-20, 73a7-11)⁴⁵. Por outro lado, contrastando com todas essas afirmações, em *Primeiros Analíticos* I 25 Aristóteles excepcionalmente restringe a

válidos, mas deduções (que são argumentos com uma cadeia de passos inferenciais, justificados um a um por regras de inferência). E não apenas deduções silogísticas estariam contempladas por essa definição: para ele, os intérpretes falham em reconhecer que Aristóteles desenvolveu uma teoria geral da dedução, para além de uma teoria especial da dedução (ou seja, um sistema dedutivo silogístico).

⁴⁴ Sobre intérpretes para os quais seria ampla o suficiente para abarcar silogismos por postulação, cf. LEAR, 1980, p. 41-44; SLOMKOWSKI, 1997, p. 128; STRIKER, 1999, p. 174. Nem sempre os intérpretes são explícitos a respeito dos silogismos estendidos, mas aqueles que consideram a definição de silogismo como uma definição de dedução julgam que os silogismos estendidos estão contemplados naquela definição; cf. CORCORAN, 1974, 90-91, e SMITH, 1989, p. xvi. Sobre essa discussão, cf. EBREY, 2015.

⁴⁵ A mesma ideia aparece em 94a24-25, embora Aristóteles não fale de silogismos explicitamente, mas de casos em que, “sendo certas coisas o caso, é necessário esta ser”. Este parece ser um modo abreviado de se referir à definição de silogismo.

aplicação de “συλλογισμός” a argumentos com *apenas* três termos e duas premissas (cf. 41b36-37, 42a30-33)⁴⁶.

A despeito desse conflito textual, é preciso notar que os significados supostamente distintos e conflitantes estão mais próximos do que os intérpretes estão dispostos a aceitar. Embora Aristóteles permita nos *Analíticos* a aplicação de “συλλογισμός” a argumentos distintos dos tradicionais silogismos categóricos, ele não aplica esse termo a qualquer argumento com mais de duas premissas categóricas ou a qualquer argumento válido; apenas cadeias predicativas são visadas. Cadeias predicativas são argumentos formados por dois termos extremos vinculados predicativamente por um ou mais termos médios. O elo predicativo entre os termos extremos se deve ao elo que cada um desses termos mantém, direta ou indiretamente, com cada um dos termos médios. Na visão de Aristóteles, somente cadeias predicativas atendem aos requisitos colocados pelo significado explicativo. Argumentos válidos, mas não silogísticos, não atenderiam a esses requisitos. Nem mesmo silogismos estendidos lhes atenderiam⁴⁷. Assim, se parte dos silogismos em sentido amplo e os silogismos em sentido estrito atendem a definição de silogismo, seria necessário que essa definição introduzisse, na realidade, um terceiro significado do termo, intermediário entre o significado amplo e o restrito, a não ser que o sentido amplo não seja tão amplo como os intérpretes imaginavam e contemple apenas cadeias predicativas com dois termos médios ou mais.

No entanto, não há razões claras para aceitar uma variação semântica de “συλλογισμός” de acordo com o número de termos médios. A existência de duas ou mais premissas parece ser menos objeto de uma disputa sobre o significado de “συλλογισμός” do que de uma disputa substantiva sobre as condições em que uma dedução ou acarretamento se dá. Um cientista que, investigando a composição química da água, indaga se ela é ou não formada por moléculas com dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio não mostra propriamente incompreensão semântica a respeito do significado do termo “água”, mas hesita sobre a natureza do objeto significado. Também Aristóteles não mostra incompreensão semântica a respeito do significado do termo “συλλογισμός”. Ele parece flertar com a tese de que *devem* ser assim denominadas somente cadeias predicativas de três termos porque elas constituem as unidades básicas ou primordiais para qualquer cadeia

⁴⁶ Essa restrição parece voltar à tona alhures; cf. 81b10, 91a14-15.

⁴⁷ Cf. nota 40 acima.

predicativa⁴⁸. É como se uma cadeia predicativa com vários termos médios não fosse uma entidade *per se*, mas um aglomerado de unidades básicas; em última instância, não haveria entidades a ser denominadas por aquele termo senão as unidades básicas. Essa atitude prescritiva de Aristóteles não altera as condições colocadas pelo significado explicativo de “συλλογισμός”.

Um intérprete poderia concordar com muito do que eu defendi e aceitar que o significado explicativo está presente nos *Analíticos*. Não obstante, ele poderia relutar em estendê-lo a todas as ocorrências de “συλλογισμός” nessa obra. Poderia até mesmo julgar que esse significado aparece em algumas poucas obras do corpus aristotélico, acreditando que na maior parte das ocorrências do termo em contextos lógicos apenas o significado herdado está em ação. Essa leitura não é de todo implausível, mas acredito que Aristóteles, na imensa maioria das ocorrências, está plenamente consciente de todas as exigências colocadas pelo significado explicativo. E, ainda que as ocorrências de “συλλογισμός” em contextos lógicos oscilem do significado herdado ao significado explicativo, uma coisa é certa: a tese da equívocidade é insatisfatória. Ela falha em captar precisamente os significados envolvidos, pois falha em retratar um aspecto fundamental em qualquer uma dessas alternativas: o foco semântico na conclusão do silogismo. Além disso, ela favorece uma análise distorcida da evolução semântica de “συλλογισμός”. Não há na obra de Aristóteles um significado dominante e um secundário, este direcionado exclusivamente à conclusão; quando muito há um significado já direcionado à conclusão, mas que se restringiu à medida que Aristóteles aprimorou seu conhecimento da natureza das premissas silogísticas.

Referências

- ALEXANDRE JÚNIOR *et al.*. *Aristóteles: Retórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 (Obras Completas de Aristóteles).
- ANGIONI, L. *Metafísica de Aristóteles, livros VII-VIII*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2001 (Coleção Textos Didáticos nº 42).

⁴⁸ Essa ideia é corroborada por uma passagem da *Metafísica*: “É de modo similar que se denominam os elementos das provas geométricas e os elementos das demonstrações em geral, pois as demonstrações primeiras [αἱ πρῶται ἀποδείξεις], isto é, as que estão imanentes em diversas demonstrações, denominam-se elementos das demonstrações; e os silogismos desse tipo, os primeiros, ocorrem a partir de três termos e um único termo médio [εἰσὶ δὲ τοιοῦτοι συλλογισμοὶ οἱ πρῶτοι ἐκ τῶν τριῶν δι' ἐνὸς μέσου]” (*Met.* V 3, 1014a35-b3).

- BONITZ, H. "Index Aristotelicus". In: Academia Regia Borussica. *Aristotelis Opera*. Volumen quintum. Berolini: Typis et impensis Georgii Reimeri, 1870.
- CASTAGNOLI, L. "Aristotle on the Non-Cause Fallacy". In: *History and Philosophy of Logic*, 37(1), 2016, p. 9-32.
- COPE, E. M. & SANDYS, F. E. *Aristotle: Rhetoric*. Three volumes. Cambridge University Press, 2009.
- CORCORAN, J. "Aristotle's Natural Deduction System". In: CORCORAN, J. (ed.). *Ancient Logic and its Modern Interpretation*. Dordrecht/Boston: D. Reidel Publishing Company, 1974, p. 85-131.
- _____. "Aristotle's Demonstrative Logic". In: *History and Philosophy of Logic*, 30(1), 2009, p. 1-20.
- CRAGER, A. *Aristotle's 'Finest Theorem' and the Project of his Analytics*, 2017. Disponível em: <<https://ucla.academia.edu/AdamCrager>>. Acesso em: 15 de out. de 2019.
- CRIVELLI, P. "Aristotle on Syllogisms from a Hypothesis". In: LONGO, A. (ed.). *Argument from Hypothesis in Ancient Philosophy*. Napoli: Bibliopolis, 2011, p. 95-184.
- CRUBELLIER, M. "Du *Sullogismos* au Syllogisme". In: *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, 201(1), L'Organon d'Aristote, 2011, p. 17-36.
- _____. *Aristote: Premiers Analytiques*. Organon III. Traduction, introduction, notes, commentaire et bibliographie. Paris: GF Flammarion, 2014.
- EBREY, D. "Why Are There No Conditionals in Aristotle's Logic?". In: *Journal of the History of Philosophy*, 53(2), 2015, p. 185-205.
- FREESE, J. H. *Aristotle. Art of Rhetoric*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926. Loeb Classical Library 193.
- HUBIEN, H. *Iohannis Buridani Tractatus de Consequentibus*. Edition Critique. Louvain: Publications Universitaires, 1976.
- KASSEL, R. *Aristotelis Ars Rhetorica*. Berlin: de Gryter, 1976.
- KENNEDY, G. A. *Aristotle: On Rhetoric: a theory of civic discourse*. 2nd ed. Translated, with introduction, notes, and appendices. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LEAR, J. *Aristotle and Logical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- MALINK, M. "Aristotle on Principles as Elements". In: *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 53, 2017, p. 163-213.
- MIGNUCCI, M. *Gli Analitici Primi*. Napoli: Luigi Loffredo Editore, 1988.
- PATZIG, G. *Aristotle's Theory of the Syllogism: a logico-philological study of Book A of the Prior Analytics*. Translated from the German by Jonathan Barnes. Dordrecht-Holland: D. Reider Pub. Co., 1968.

- READ, S. *Aristotle's Theory of the Assertoric Syllogism*. 2017. Disponível em: <https://www.st-andrews.ac.uk/~slr/The_Syllogism.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2020.
- ROBERTS, W. R. "Rhetoric". In: Barnes, J. *The Complete Works of Aristotle*. Volume 2. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- ROSE, L. *Aristotle's Syllogistic*. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher, 1968.
- ROSS, D. W. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. A revised text with introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1949.
- _____. *Aristotelis Ars Rhetorica*. Oxford: Clarendon Press, 1959.
- SANMARTÍN, M. C. *Aristóteles: Tratados de Lógica (Órganon)*. Volume II. Madrid: Gredos Editorial, 1988.
- SLOMKOWSKI, P. *Aristotle's Topics*. Leiden: Brill. Philosophia Antiqua, 1997.
- SMITH, R. *Aristotle: Prior Analytics*. Translated, with introduction, notes, and commentary. Indianapolis/Cambridge: Hackett Pub. Co., 1989.
- STRIKER, G. *Aristotle: Prior Analytics, Book I*. Clarendon Aristotle Series. Translated with an introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 2009.
- WAITZ, T. *Aristotelis Organon Graece*. Novis Codicum Auxiliis Adiutus Recognovit, Scholiis Ineditis et Commentario Instruxit. Lipsiae, Sumpitibus Hahnii, 1844.
- ZINGANO, M. "Unidade do gênero e outras unidades em Aristóteles: significação focal, relação de consecução, semelhança, analogia". In: *Analytica*, Rio de Janeiro, 17(2), 2013, p. 395-432.

Email: mateusfilosofia@hotmail.com

Recebido: 09/2020

Aprovado: 02/2021